

**Governo do Estado de São Paulo**  
**Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo**  
**SUOD GEPLAN Demandas Institucionais**

**DESPACHO**

**Nº do Processo:** 134.00033307/2025-92

**Interessado:** CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURISTICA DE SÃO ROQUE

**Assunto:** PREGAB;CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE;OFÍCIO VEREADOR Nº 1211/2025-B

À Assessoria de Relações Institucionais do Gabinete da Presidência,

Trata-se da Ofício Vereador 1211/2025-B, encaminhada pelo Vereador Rafael Tanzini, solicitando esclarecimentos e medidas mitigatórias relativas à instalação e cobrança de pedágio por pórtico no km 49 da Rodovia Raposo Tavares, no contexto da concessão denominada Lote Rota Sorocabana.

A Agência de Transporte do Estado de São Paulo, autarquia vinculada à Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI), confirma o recebimento do Ofício nº 1211/2025-B, manifestando preocupação quanto à implantação de pórticos de pedágio no contexto da concessão denominada Lote Rota Sorocabana.

Inicialmente, cumpre pontuar que a ARTESP é responsável pela regulação, fiscalização e planejamento dos serviços públicos de transporte e infraestrutura concedidos no Estado de São Paulo, cabendo garantir que a prestação dos serviços observe os princípios constitucionais, a legislação vigente e o disposto no contrato de concessão. A Secretaria de Parcerias em Investimentos, por sua vez, é quem coordena a formulação e estruturação dos programas de concessões e parcerias. Assim, cabe à ARTESP o acompanhamento técnico e contratual da execução dos projetos elaborados e aprovados pelo Poder Concedente.

Dito isso, a Agência reconhece a importância do diálogo com o Poder Público local e a legítima preocupação dos representantes do município com os impactos econômicos e sociais das políticas de concessão rodoviária, motivo pelo qual responde, no limite das suas competências, os apontamentos solicitados.

Informa-se que a Concorrência Internacional nº 01/2024, que deu origem à concessão do Lote Rota Sorocabana, foi precedida de um robusto processo de participação social.

Foram realizadas Audiências Públicas nos dias 22 e 25 de março de 2024, respectivamente em Sorocaba e São Paulo, previamente comunicadas por publicação no DOE/SP de 11 de março de 2024 e no site da ARTESP, garantindo a ampla participação de cidadãos, entidades civis, prefeitos e vereadores das regiões envolvidas, inclusive, com transmissão pelo *youtube* para os que não poderiam se deslocar até Sorocaba ou São Paulo. [\[1\]](#)

Além disso, as minutas do Edital, Contrato, Anexos e Apêndices ficaram disponíveis para consulta pública e envio de manifestações de 11 de março até 12 de abril de 2024. As contribuições foram avaliadas, individual e tecnicamente, e as sugestões pertinentes foram incorporadas aos documentos finais.

Apenas ao final de todas essas etapas é que os documentos finais foram aprovados pela ARTESP, conforme Ata da 1105<sup>a</sup> Reunião Ordinária do Conselho Diretor e publicado o Decreto Estadual nº 68.695/2024 em 11 de julho de 2024, autorizando a abertura de licitação. Entende-se, portanto, que o processo atendeu aos princípios da publicidade e da transparência.

No que se refere à preocupação quanto ao impacto sobre o custo de vida, ao eventual encarecimento de mercadorias e serviços, bem como aos possíveis efeitos sobre o transporte e o escoamento da produção agrícola, esclarece-se que o modelo de concessão rodoviária adotado pelo Governo do Estado possui pleno amparo constitucional e legal, com fundamento no artigo 175 da Constituição Federal e na Lei Federal nº 8.987/1995, que estabelecem a concessão de serviços público. Frisa-se, portanto, que o contrato em questão foi elaborado sob esses princípios, prevendo expressamente mecanismos de modicidade tarifária, de modo que o valor cobrado seja justo, proporcional e compatível com o nível de serviço oferecido à população.

Observa-se, ainda, que a concessão da Rota Sorocabana tem como objetivo principal melhorar as condições de segurança, fluidez e capacidade da malha viária e, com isso, reduz-se os custos logísticos e tempos de deslocamento. As melhorias previstas no contrato, como recuperação do pavimento, modernização de sinalização, implantação de dispositivos de segurança e obras de ampliação, além de serem benefícios à segurança dos usuários, afetam positivamente os produtores rurais e o transporte de cargas da região, que passarão a ter maior eficiência e segurança no escoamento da produção.

Ainda, o sistema de cobrança Free Flow, adotado no projeto da Rota Sorocabana, representa um avanço tecnológico que favorece a fluidez no tráfego, eliminando praças de pedágio físicas e reduzindo o tempo de deslocamento e o consumo de combustível. Essa modernização traz reflexos não só na segurança do usuário, mas também sobre o custo do transporte e da logística, com ganhos diretos para os usuários.

Não obstante isso, informa-se que houve a assinatura do Termo Aditivo Modificativo nº 01/2025, assinado em 30 de setembro de 2025, o qual suprimiu a cobrança de tarifa em seis pórticos previstos, P04, P05, P07 (SP-270 – Km 58,133), P08 (SP-270 – Km 72,374), P10 (SP-270 – Km 95,140) e P11 (SP-270 – Km 101,339), mitigando, assim, os impactos regionais.

No tocante à alegação de insuficiência de rotas alternativas, cumpre esclarecer que há opções de circulação por vias municipais e vicinais que não serão objeto de cobrança, de modo que não há exclusividade de tráfego nas rodovias concedidas. Ademais, os trechos de pedágio suprimidos pelo TAM nº 01/2025 ampliam a área de circulação gratuita, garantindo o deslocamento regional sem cobrança em diversos pontos próximos ao município.

Por fim, informa-se que todos os documentos da concessão podem ser acessados por meio do site <https://www.artesp.sp.gov.br/artesp/concessoes/rodovia/concessionarias/rota-sorocabana>.

Diante do exposto, a ARTESP reafirma que o processo de concessão da Rota Sorocabana foi conduzido de forma técnica, transparente e legal, em consonância com os princípios constitucionais e com a legislação que rege as concessões públicas. As alterações introduzidas recentemente refletem o comprometimento do Poder Concedente com o diálogo e a escuta das demandas regionais, especialmente das comunidades diretamente afetadas.

A Agência reitera seu respeito à Câmara Municipal de Piedade permanece à disposição para demais esclarecimentos.

Atenciosamente,

São Paulo, na data da assinatura digital.

**Letícia Guadanhin**

Coordenadora Regulatório

**Alice Amorim Teles**

Gerente de Planejamento

**De acordo**

**Roger da Silva Pêgas**

Superintendente de Rodovias

SUOD

---

[1] Link para acesso às Audiências Públicas nº01/2024 - Lote Rota Sorocabana: <https://www.youtube.com/watch?v=cQ8h-ZhrcP0> e <https://www.youtube.com/watch?v=FO-30RIU3Mc>



Documento assinado eletronicamente por **Letícia Guadanhin, Chefe de Assessoria**, em 11/11/2025, às 11:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alice Amorim Teles, Gerente**, em 11/11/2025, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roger Da Silva Pegas, Superintendente**, em 11/11/2025, às 15:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 0088884286 e o código CRC 68C40FF4.